

Uma comédia de erros

Denise Rothenburg
e Olímpio Cruz Neto
Da equipe do Correio

Equivocos dos dois lados. Do governo, que só conseguiu barrar a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Corrupção mediante cenas de fisiologismo explícito. Da oposição que, atordoada, caiu no conto da sessão extraordinária na quinta-feira, enterrando de vez a CPI que tanto sonhara. Esses erros eram constatados pelos próprios deputados, senadores e até mesmo ministros ainda na noite de quinta-feira, quando o governo foi salvo pelo gongo. "Se tivéssemos uma coordenação política atenta desde o início, não estaríamos expostos a essa situação", comenta-va um ministro de Estado. "Tudo bem, dos males, o menor", dizia, resignado.

Na noite de quinta-feira, eram os oposicionistas que se xingavam mutuamente (*leia reportagem abaixo*). Mas nada comparável às acusações que o grupo de governistas envolvidos na tarefa de coordenação política trocaram ao longo da semana. O líder do governo na Câmara, Arnaldo Madeira (PSDB-SP), era pura irritação na quarta, quando foi informado que a sessão de homenagem póstuma a Mário Covas, o ícone do PSDB, fora cancelada a pedido do líder do governo no Congresso, deputado Arthur Virgílio Neto (PSDB-AM). "Isso é assunto do Arthur. Eu não falo das coisas dele. Ele que responda", disse Madeira, sem esconder a sua irritação.

O deslize de cancelar uma sessão de homenagem a Covas foi o de menos no jogo de erros e falhas cometidos pelo governo. Quem vem anotando tudo o que está errado na base governista para expôr ao presidente Fernando Henrique Cardoso na próxima semana e buscar a reorganização da base política e da coordenação, volta alguns meses no tempo. Fala, por exemplo, que o Palácio do Planalto avaliou mal as consequências da briga do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) contra o então líder do PMDB, Jader Barbalho (PA). "O presidente, naquela época agiu com o fígado e ficou esperando para ver Antonio Carlos cair", relata um líder governista.

Ao mesmo tempo em que dei-

xou a briga entre os dois caciques correr sem qualquer recomendação de cessar fogo, o governo ainda optou por um lado na hora de escolher o futuro presidente do Senado: Jader Barbalho. Foi o suficiente para Antonio Carlos, irado, correr à Procuradoria da República, falar mal do governo, de Jader, de Heloísa Helena e quem mais lhe veio à mente. "O senador também agiu com o fígado", avalia o mesmo interlocutor de FHC.

Antonio Carlos foi à sede da Procuradoria em busca de uma gravação em que o nome de Jader era mencionado por envolvidos no escândalo da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). Acabou grampeado pelo procurador Luiz Francisco de Souza, o estopim do caso de violação do painel eletrônico.

CONSEQUÊNCIAS

O que o governo tem a ver com tudo isso? Pergunta-se aos ministros. E eles respondem: qualquer coordenador político que tivesse uma visão de futuro teria pensado nas consequências dessa briga. E teria tratado de punir Antonio Carlos e Jader antes mesmo da eleição do Senado. Afinal, os dois já haviam sido advertidos pela troca de insultos no plenário e, depois disso, repetiram a dose, em dezembro do ano passado. "Se tivessem sido suspensos antes da eleição, quando tiveram a segunda briga no plenário, o presidente do Senado teria sido José Sarney e estava tudo calmo", especula outro governista. Essa saída chegou a ser cogitada pelo presidente do Conselho de Ética, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), que não obteve respaldo dos partidos para prosseguir com a proposta de suspensão dos dois naquela ocasião.

Enquanto o governo assistia a tudo de camarote, Antonio Carlos e Jader se enroscavam. O senador baiano tomou para si as denúncias contra a Sudam e o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) que foram apuradas pelo próprio governo. As duas instituições estavam sob o comando do PMDB. As cobranças de Antonio Carlos tiraram do Poder Executivo a iniciativa de propor as punições aos responsáveis. O governo ficou à reboque do senador baiano.

Jader, por sua vez, passou a

Fotos: Ronaldo de Oliveira



DENÚNCIAS CONTRA JADER ACENDERAM A OPOSIÇÃO, MAS NO FINAL O PRÓPRIO ACM AJUDOU A SEPULTAR A COMISSÃO

instigar ACM. Falava de denúncias de mal versação de dinheiro público na Bahia, das contribuições de campanha do senador, do favorecimento à empreiteira OAS, do genro de Antonio Carlos. Queria ver o líder baiano na planície, com ar de derrotado. Só conseguiu seu intento quando veio à tona a violação do painel eletrônico. A esta altura, Jader já era presidente do Senado, para horror de ACM.

DE OLHO EM 2002

Com tantas denúncias, a oposição aproveitou. Apresentou o pedido de CPI para agradar a paraenses, baianos e, de quebra, envolver o governo. O presidente não acreditou que seus opositores conseguissem um número de assinaturas sufi-

ciente para instalar a comissão. Mais um erro. E criou a Corregedoria Geral da União, a cargo da procuradora Anadyr Rodrigues.

Em março, quando Anadyr assumiu o cargo de xerife da corrupção, a situação do governo já não era das melhores. E para completar, houve o ingrediente eleitoral, com todos de olho em 2002. Os ministros brigavam nos bastidores. Os peemedebistas acusavam José Serra, da Saúde e do PSDB, de só pensar na sua futura campanha presidencial. Os pelefistas também o criticavam, porque preferiam uma candidatura do governador do Ceará, Tasso Jereissati, para manter a aliança. A CPI ia, aos poucos, ganhando corpo na Câmara e no Senado.

Quando o governo acordou,

contam os ministros e assessores palacianos, a porta já estava arrombada. A operação-abafa que conteve a CPI só funcionou por interferência direta do presidente Fernando Henrique Cardoso. Nenhum de seus articuladores políticos foi capaz de prever que a situação chegaria a esse ponto, de ter de recorrer à liberação de verbas e rádios comunitárias. "Houve um *laissez-faire* por parte do governo", comentou o líder Arthur Virgílio com outros deputados.

Na semana que vem, o governo vai tratar de recompor a sua base parlamentar e organizar a coordenação política, reclamada por todos os seus auxiliares mais próximos. Outro susto como esse da CPI, à beira de um ano eleitoral, o presidente não quer nem em sonho.